

A construção discursiva dos sexos e da sexualidade na modernidade a partir de Butler e Foucault

The discursive construction of gender and sexuality in modernity starting from Butler and Foucault

Fernando Bagiotto Botton

*Doutorando em História. Universidade Federal do Paraná (UFPR)
fernandobotton@gmail.com*

1

Resumo

Como se constituíram a sexualidade e seus mecanismos na modernidade? De que forma os meandros de seus discursos configuraram uma norma de como agir e existir sexualmente no período moderno? Com tais questões norteadoras, pretendemos realizar um estudo que busque compreender os meios pelos quais uma concepção específica de sexualidade foi instituída na modernidade, ao mesmo tempo que buscaremos encontrar os fundamentos políticos e epistemológicos para tal construção discursiva. Nesse intuito, realizaremos um levantamento teórico e filosófico que perpassa pelas filosofias de Michel Foucault, Judith Butler e seus leitores, para, assim, estabelecermos um ponto de vista simultaneamente analítico e político, que venha a contribuir com os estudos de gênero contemporâneos, bem como com as demais pesquisas em humanidades, especialmente em história.

Palavras-chave: Discurso. Desconstrução. Corpo. Gênero.

Abstract

As constituted sexuality and its mechanisms in modernity? How the intricacies of his speeches configured as a standard of acting and sexually exist in the modern period? With these guiding questions, we intend to conduct a study that seeks to understand the means by which a specific conception of sexuality was instituted in modernity, while we will try to find the political and epistemological foundations for such a discursive construction. For this, we will hold a theoretical and philosophical approach perpassed by the philosophies of Michel Foucault, Judith Butler and his readers, to thereby establish a point of view both analytical and political, that will contribute to contemporary gender studies, as well as the other research in the humanities, especially history.

Keywords: Discourse. Deconstruction. Body. Gender.

Introdução: de como pensarmos politicamente nosso estudo

Como se constituíram a sexualidade e seus mecanismos na modernidade? De que forma os meandros de seus discursos configuraram uma norma de como agir e existir sexualmente no período moderno? É com essas questões que iniciamos nosso estudo.

Porém, antes de tentarmos responder nossas perguntas, devemos de ter o tato teórico de percebermos a história e a discussão teórica que aqui realizaremos enquanto um *discurso*. Segundo Mills (2003, p. 55), “discourse should be seen as a system which structures the way that we perceive reality [...] Foucault argues that, in fact, discourse should be seen as something which constrains our perceptions”¹. Ou seja, um discurso é uma ordem de enunciados que tem um poder de ação e de intervenção na realidade de uma sociedade, uma vez que determina sua visão de mundo.

Para evitar de produzirmos uma história que acredite ingenuamente no alcance de um passado pretensamente *verdadeiro e neutro*, aceitamos a afirmação de Keith Jenkins (2001, p. 102), ao comentar que “a história é um discurso escrito tão passível de desconstrução quanto qualquer outro”, tendo em vista que esse discurso como construção/desconstrução de posições políticas pode ser usado em função das mais diversas finalidades. Essa consciência, de acordo com o autor, “desestabiliza e fratura o passado, de modo que nas rachaduras nele abertas se podem produzir novas histórias” (JENKINS, 2001, p. 102). Em nossa prática histórica contemporânea, temos a possibilidade de recriarmos outras leituras do passado a partir de novas narrativas, outras construções discursivo-históricas, nas quais “tantos grupos e pessoas quanto possível poderão produzir suas próprias histórias, de modo que eles sejam capazes de fazer-se ouvir (produzir efeitos reais) no mundo” (JENKINS, 2001, p. 104).

Assim, gostaríamos de afirmar a posição teórica e política deste estudo: trata-se de uma leitura da construção dos sexos/gêneros na modernidade mediante uma discussão bibliográfica traçada a partir de referências que possuem grandes afinidades conceituais, tal é o caso de pensadores como Michel Foucault, Judith Butler e alguns de seus leitores. Longe de pretendemos repetir a filosofia dos pensadores, buscaremos, em face disso, pensar com eles o ponto de partida que norteará politicamente nosso estudo, que se pretende singular.

¹ “Discurso não é simplesmente traduzir a realidade em linguagem; além disso o discurso pode ser visto como um sistema que estrutura a forma pela qual nós percebemos a realidade” (T. do A.).

Buscaremos realizar um percurso teórico que evidencia o caráter discursivo da construção dos sexos e sua *naturalização* no sujeito moderno a partir do corpo, com isso, tentaremos estudar os mecanismos e procedimentos pelos quais o sexo e a sexualidade se firmaram como formadores de uma norma de como existir enquanto homem ou mulher na modernidade. Politicamente, esse empreendimento se destina a criar um discurso contrário à ordem discursiva da academia cientificista tradicional, que vê a diferença sexual enraizada na natureza, campo do inquestionável.

De como se produzem corpos, sexos e sexualidades

Em seus estudos autodenominados *genealógicos*, o filósofo Michel Foucault mostra a ascensão de dispositivos disciplinares a partir dos quais as instituições fixaram aos corpos os elementos de identidade, para, assim, os controlarem. Ao comentar Foucault, André Duarte (2010, p. 218) afirma que

o corpo mostra-se como instância privilegiada de atuação dos micropoderes disciplinares, sendo concebido como um campo de batalha no qual se travam conflitos cotidianos entre as exigências sociais da normatização disciplinar institucional e as linhas de fuga da resistência. [...] os micropoderes disciplinares investem e atuam sobre o corpo, penetram no corpo, domesticam-no, disciplinam-no, em suma, forjam-no em sua realidade, de modo que os poderes disciplinares constituiriam a instância que conduziu a própria constituição do indivíduo moderno.

Para Foucault, o corpo passa a ser a marca do indivíduo moderno no interior dos processos de disciplina, subjetivação e identificação: “São corpos a adestrar, a corrigir, a recuperar, a tornar dócil e produtivo. Para isso é também necessário o investimento em sua identificação” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 98). Para além do *poder disciplinar*, precisamos pensar como os corpos tornaram-se alvos de uma maquinaria mais ampla de poderes, saberes e verdades que definiram as vivências da sexualidade dos sujeitos modernos. Tratamos, então, do conceito de *dispositivo da sexualidade* de Foucault, compreendido como um

conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis,

medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2010, p. 244).

Trata-se de uma grande teia heterogênea, descentralizada e rizomática que atua no campo da significação e, com isso, na produção dos corpos e sexos dos sujeitos modernos. Nessa rede de poderes-saberes-verdades, podemos localizar a produção científica e discursiva da criação dos corpos sexuados e da dicotomia entre o sexo masculino e o feminino.

Segundo Thomas Laqueur, desde Aristóteles e Galeno, havia uma cosmologia de organização das diferenças corporais, a partir do que chama de *one-sex-model*. Trata-se de um modelo em que a *inegável* e sutil diferença anatômica entre os órgãos sexuais refletia uma ordem transcendental de perfeição, para além da simples fisiologia científica: “os órgãos femininos eram [compreendidos como] uma forma menor dos órgãos masculinos e, conseqüentemente, a mulher era um homem menos perfeito” (LAQUEUR, 2001, p. 189). A concepção relaciona os corpos masculinos e femininos, comparando, por exemplo, os ovários aos testículos masculinos, com a única diferença de que aqueles são internos. Nesse contexto, o sexo não se baseava nos corpos, pois tais corpos não eram considerados incontornavelmente distintos. A única distinção que havia era com relação ao gênero, por isso, o modelo chama-se *one-sex-model* (modelo-de-um-sexo). Em oposição, Laqueur nos apresenta uma data recente da invenção do *two-sex-model* (modelo-de-dois-sexos): “Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado. Os órgãos reprodutivos passaram de pontos paradigmáticos para mostrar as hierarquias ressonantes através do cosmo ao fundamento da diferença incomensurável” (LAQUEUR, 2001, p. 189). A mudança de paradigma é bastante evidente, especialmente porque as diferenças entre homens e mulheres migraram do campo cosmológico e cultural para o campo científico e biológico. Tais saberes passaram a organizar a invenção dos sexos e simultaneamente a operar por meio dessa invenção. Laqueur demonstra uma nova concepção, que percebe dois corpos distintos onde apenas havia um. Tal sistema passa a orientar as ciências, como a medicina e a anatomia:

Os órgãos que tinham nomes associados – ovários e testículos – passam a ser distinguidos em termos linguísticos. Os que não tinham nome específico – como a vagina – passam a ter. As estruturas que eram consideradas comuns ao

homem e à mulher – o esqueleto e o sistema nervoso – foram diferenciadas de modo que correspondessem ao homem e à mulher culturais (LAQUEUR, 2001, p. 189).

Percebemos aqui que o gênero era anterior ao sexo e que nos séculos XVIII e XIX se inventou o sexo, em substituição ao que antes era apenas o gênero. Junto dessa invenção, estabeleceu-se uma ordem de conhecimentos que se utilizavam dos argumentos naturalistas para justificar e fundamentar a dicotomia física entre masculino e feminino. Laqueur argumenta que a implementação desse sistema de pensamento se deu por duas dimensões, sendo uma epistemológica e a outra política. A primeira refere-se à composição dos saberes particulares à ordem moderna (séculos XVIII, XIX e XX), que passam a compreender a esfera da natureza como o território do inquestionável, a base de toda a eternidade dos acontecimentos e fenômenos. Ao mesmo tempo que há esse superfortalecimento do polo da natureza, ocorre que este predomina em relação à esfera dicotomicamente oposta: a cultura. Forma-se, assim, uma ordem de saberes cada vez mais binária e inquestionável, na qual “a divisão entre o possível e o impossível, entre o corpo e o espírito, entre a verdade e a falsidade, e entre o sexo biológico e o gênero teatral, foi muito aguçada” (LAQUEUR, 2001, p. 191).

Nesse contexto, a pretensa natureza dos corpos sexuados (entendidos enquanto sexos) passou a ser a única base de verdade e sustentação para a compreensão das concepções de masculino e feminino, ou seja, na modernidade, a natureza deu a base de sustentação para os gêneros (masculino-feminino) enquanto existências materiais e e(x)ternas inscritas no sexo. Esse processo epistemológico está intimamente ligado às proporções políticas comentadas pelo historiador:

Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública, altamente ampliada do século XVIII, em especial no século XIX pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas. Quando, por várias razões, a ordem transcendental preexistente ou os costumes de tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha do gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos,

políticos, culturais ou eróticos. [...], qualquer que fosse o assunto, o corpo tornou-se o ponto decisivo (LAQUEUR, 2001, p. 190).

A estratégia política foi a de alinhar uma rede de concepções a fim de que uma sustentasse a outra: o gênero se conecta ao sexo, que por sua vez se relaciona diretamente com o corpo, o qual se remete à natureza, que, por ter seu caráter científico, se baseia no fundamento da verdade como algo eterno e inquestionável. Nesse grupo de conexões não há exceções, já que todos os corpos definem os sexos e automaticamente os gêneros, toda essa ordem se baseia na inquestionabilidade da esfera da natureza do corpo:

Onde quer que as fronteiras [de gênero] fossem ameaçadas ou novas fossem criadas, o material era fornecido pelas diferenças sexuais recentemente descobertas. Sua prevalência foi a ciência. [...] Onde havia apenas uma estrutura básica, agora havia duas [...], o corpo seria um campo observável e internamente coerente de sinais [...] as genitálias passaram a ser apresentadas para revelar a diferença incomensurável (LAQUEUR, 2001, p. 197).

Esse estigma do natural predominou desde meados do século XVIII até boa parte do século XX, e em inúmeros estudos tal compreensão se mantém contemporaneamente. O corpo, tanto na sua interface fisionômica como em sua interioridade, serve como um complexo código de signos que significaram a visão de mundo dos sujeitos e, conseqüentemente, significaram os próprios sujeitos, criando suas realidades. As ciências se utilizaram dos procedimentos metodológicos nos quais a anatomia e a natureza tornaram-se *“uma rica construção complexa baseada não só na observação e em uma variedade de restrições sociais e culturais sobre a prática da ciência, como também na estética da representação”* (LAQUEUR, 2001, p. 202, grifos nossos). O detalhe dos órgãos que significam o corpo é importante nessa estética, pois foi a partir dele e da prática científica, médica e anatômica que surgiu uma ampla gama de teorias que pretendiam detectar a verdade dos sujeitos. Em cada detalhe, a representação buscou encontrar os traços físico-corporais, como é o caso da fisiologia², da fisiognomia³ e da frenologia⁴. Segundo Albuquerque Junior (2009, p. 107), a sociedade moderna

² Do grego *physis*: natureza, função ou funcionamento; e *logos*: palavra ou estudo, ciência.

³ Estudo dos traços do rosto como significantes da personalidade do sujeito.

⁴ Estudo das medidas cranianas como significantes da personalidade do sujeito.

busca, através dos meios científicos, encontrar [...] através do exame de cabeças, formatos de rostos, posições de sobrancelhas, tipos de nariz e de orelha, formato da bacia e da vulva, da disposição dos pelos pubianos, das impressões digitais detectar agora o que se chamará de anormal ou de degenerado.

Exatamente pelo mesmo procedimento de análise corporal essa sociedade instituiu o que foi considerado natural e correto – o masculino e o feminino. No constante esforço de observar os mais insignificantes detalhes dos órgãos e representá-los, as ciências do século XIX foram construindo as verdades do homem e da natureza. Termos como *feminino* e *masculino* passaram a ser empregados em todo tipo de compreensão: “por onde olhavam, os homens da ciência do século XVIII só viam um avolumar-se de diferenças [sexuais], fosse entre os minerais, fosse entre as plantas e os animais, fosse entre os seres humanos” (MARTINS, 2004, p. 32). Da mesma forma que as plantas passaram a ter um *androceu* e um *gineceu*, o homem passou a ter um *saco escrotal* e a mulher um *útero*.

Disso podemos concluir que o homem e a mulher, em sua acepção de sexualidade baseada nas diferenças anatômicas, são uma construção discursiva com menos de 300 anos de existência. Essas figuras são um entendimento histórico e cultural, particular ao pensamento científico moderno, a partir do qual “médicos e cientistas não cessaram suas buscas a respeito das diferenças sexuais, especialmente a respeito das diferenças do corpo [...]” (MARTINS, 2004, p. 37). Os manuais de medicina, anatomia, frenologia, fisionomia e fisiologia tornaram-se cada vez mais detalhados e precisos, agiram na construção de dois corpos a serem definidos como únicos possíveis para a *humanidade*: o feminino e o masculino. Todos os corpos que não respondessem a essa categoria seriam relegados ao campo da abjeção. Nesse processo de “organização do sexo”⁵, o corpo foi linguisticamente oculto em um grande *a priori* naturalista, território de tudo o que é cientificamente inquestionável. Toda uma maquinaria científica, médica, linguística, institucional e cosmológica acabou definindo as rígidas distinções entre o masculino e o feminino e, com isso, criou novos sujeitos e novas verdades sobre tais sujeitos.

Foram exatamente esses esforços científicos de diferenciar os dois sexos que acabaram compondo os *dispositivos da sexualidade* de Foucault. Ou

⁵ Tanto no sentido de “organizar em dois” quanto no sentido de “basear a partir dos órgãos”.

seja, há uma relação intrínseca entre os discursos que produziram o *two-sex-model* e as questões da sexualidade no período moderno, justamente porque ambos falam a verdade sobre o sujeito a partir da pretensa naturalidade do corpo. Segundo Louro (2009, p. 136),

o dispositivo da sexualidade vinha sendo construído pelos discursos da igreja, da psiquiatria, da sexologia, do direito, desde finais do século XIX. Tais discursos produziram classificações, dividiram indivíduos e práticas, criaram “espécies” e “tipos” e, simultaneamente, modos de controlar a sexualidade. Produziram sujeitos e corpos ou, para usar a contundência de Judith Butler, se constituíram (e continuam se constituindo) em discursos que “habitam os corpos”.

É nesse sentido que Foucault aponta que a sexualidade na ordem moderna não foi reprimida ou negada: “Ora, considerando-se esses três últimos séculos em suas contínuas transformações, as coisas aparecem bem diferentes: em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 2010, p. 23). O sexo, para o filósofo, antes de ser reprimido, foi cada vez mais intensificado e estimulado a ser posto nas falas e nos discursos. Esses discursos tornaram-se institucionalizados e o sexo passou a ser capturado por uma teia discursivo-institucional que cada vez mais quis desvendar seus mistérios e conhecer suas verdades. Dessa forma, os *dispositivos da sexualidade* se utilizaram do exame e da confissão como metodologia de análise de discursos sobre o sexo, como forma de esses discursos produzirem uma *verdade de si* do sujeito (FOUCAULT, 2010). Para Foucault, o objetivo político desse processo de incitação dos discursos sobre a sexualidade é

colocar-nos inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal [...]. Os inúmeros teóricos e práticos da carne já tinham transformado o homem no filho de um sexo imperioso e inteligível. O sexo, razão de tudo (FOUCAULT, 2010, p. 88-89).

Por tal lógica, a sexualidade e o sexo passam a ser os fatores fundamentais da sociedade moderna, por literalmente fundarem as

subjetividades e os sujeitos. Com isso, foi necessário implantar um *dispositivo da sexualidade* que, além de operar na produção dessas sexualidades, também classificou e separou o *joio do trigo* através de uma gestão racionalizada das sexualidades dos sujeitos, que passou a delimitar o que é normal (socialmente desejável) e o que é patológico (socialmente indesejável).

Segundo Foucault (2010, p. 44), antes de ser a época das repressões, o período moderno foi “a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas [...]. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais”. Através de uma *scientia sexualis* e da constante confissão dos sujeitos, criaram-se categorias morais de sexualidades corretas e incorretas. Passou-se a interrogar a sexualidade de todos os sujeitos, loucos, crianças ou criminosos, para definir-se uma classificação generalizada, e com isso chegou-se a um modelo de categorização para todos os sujeitos. “Afigura-se um mundo da perversão, secante em relação ao da infração legal ou moral. Surge toda uma gentilha diferente [...] eles carregam sucessivamente o estigma da 'loucura moral'” (FOUCAULT, 2010, p. 47). Os discursos médico e científico foram incansáveis agentes na descrição, nomeação e ordenamento dos sujeitos: “A medicina inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais 'incompletas' [...] Se dá nome a toda essa vegetação de sexualidades sem-propósito” (FOUCAULT, 2010, p. 48). Como partidários da percepção dos sexos enquanto discursos, Butler e Foucault veem na nomeação, na significação das coisas, um processo de criação. Nas palavras de Louro (2009, p. 138), as “normas regulatórias têm um caráter performativo, quer dizer, sua citação e repetição fazem acontecer, isso é, produzem aquilo que nomeiam”. A partir do momento em que a medicina definiu e nomeou as figuras da *criança onanista*, do *adulto pervertido*, do *homossexual* ou da *mulher histérica*, tal ciência criou sujeitos enquadrados, especificados e significados de acordo com categorias sexuais. Por exemplo, Foucault comenta que o *dispositivo da sexualidade* cria a figura do homossexual:

Homossexual se torna personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas. [...] na sua face e em seu corpo já que é um segredo que se trai sempre [...]. O sodomita

era um reincidente, agora o homossexual é uma “espécie” (FOUCAULT, 2010, p. 50-51).

Ora, é assim que se cria uma grande taxionomia da sexualidade, em que os mais diversos e estranhos seres são enquadrados por uma malha científica e discursiva que os transforma em *espécie*, baseada em um mito de verdade e identidade. A partir do momento em que essa *criatura* é nomeada, suas condutas e seu corpo passam a ser alvos da intervenção dos poderes-saberes:

A mecânica do poder [...] só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo (FOUCAULT, 2010, p. 50-51).

Antes de buscar o extermínio desses sujeitos desviantes, o poder os deseja, os estimula, como meios de se utilizar de suas aberrações para fins morais e políticos de controle e intensificação da sexualidade considerada não aberrante. Segundo Miskolci (2009, p. 333), os “discursos educativos, governamentais, e midiáticos se articulam em práticas sociais que nos formam desde a mais tenra infância para cremos que somos o que desejamos. De forma que o desejo constitui-se no ponto nodal da sexualidade”. O século XIX é o grande momento em que esse processo se institui, ao mesmo tempo que vemos florescer o ideal da família burguesa, uma vez que se estabelece

uma distinção de pontos de poder hierarquizados ou nivelados, uma “busca” de prazeres – no duplo sentido de desejados e perseguidos; sexualidades parcelares toleradas ou encorajadas, [...] proximidades que se apresentam como procedimentos de vigilância e funcionam como mecanismos de intensificação; contatos indutores. Assim é a família, [...] uma rede de prazeres-poderes (FOUCAULT, 2010, p. 53).

A própria família burguesa como reduto da moralidade é compreendida por Foucault como também sendo um núcleo de incitação de desejos e de discursos sobre a sexualidade. O processo de pôr o desejo e a

sexualidade em discurso e em análise faz com que o corpo e seus desejos funcionem como “modo de especificação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2010, p. 55). Dessa forma, o *dispositivo da sexualidade* criou e legitimou como natural um verdadeiro zoológico de modelos de sujeitos desviantes, seres estranhos, portadores de *sexualidades disparatadas* a serem corrigidas. Com isso, modelaram-se os corpos e as ações dos próprios sujeitos, que, ao mesmo tempo que foram convencidos de que possuíam autonomia e liberdade, também foram analisados, confessados e controlados. Assim, os comportamentos desviantes à norma foram extraídos do corpo dos homens, solicitados, instalados e incorporados (FOUCAULT, 2010, p. 55).

Todo esse processo de incitação dos sujeitos aos discursos e às sexualidades possuiu finalidades muito específicas frente à organização social da época. Afinal, qual seria o intuito de se produzir sujeitos que fossem desviantes à norma? A serem tornados abjetos? A possuírem uma sexualidade desviante? Ora, se para Butler o poder é positivo, então, ao negar as sexualidades desviantes tal poder está simultaneamente instituindo algo em seu lugar. Não é difícil pensar que a consequência lógica de todo esse processo de criação de sujeitos disparatados serve, antes de tudo, para a afirmação dos sujeitos não desviantes; a condição da periferia apenas pode ser estabelecida a partir do estabelecimento de um centro; o ser abjeto apenas é demandado a partir da existência de um sujeito objetivo; uma sexualidade correta, (re)produtiva e (re)produtora somente pode se estabelecer às custas da contradição com uma sexualidade *incorreta, improdutiva e imprestável*. A esse respeito, Judith Butler (2010, p. 155-156) comenta que

o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente a um sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. A formação do sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz o domínio da abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir.

É esse repúdio pelo sujeito *desviante* que manterá a estabilidade de um sujeito *correto*, permitirá sua existência enquanto um ser socialmente desejável. Há aqui uma inversão em toda categoria de pensamento: não mais o sujeito tem um *status* que define o sexo, mas o sexo, por sua vez, acaba delimitando o que pode ser e o que não pode ser um sujeito. Para Butler (2010), a própria

categoria de sujeito está intimamente ligada à categoria de sexo, tratando-se de uma espiral movida pelo *dispositivo da sexualidade*, em que cada vez mais sujeitos abjetos são criados para cada vez mais a sexualidade e a conduta considerada correta serem reafirmadas. Esse é o procedimento de construção da *matriz heterossexual* moderna, compreendida como

a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados [...]. O modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2008, p. 216).

Trata-se da definição do que a sociedade moderna considera como o *normal* ou o *natural*, enquanto tudo aquilo que se circunscreve na formação oitocentista de uma típica família burguesa-branca-heterossexual. Para a construção desses sujeitos-ideais tão específicos – ao mesmo tempo universais –, foi necessária a ação de uma enorme engenharia de poderes e de discursos que produzissem uma norma. Tal norma passou a ditar a estabilidade de dois sexos, de dois corpos, de duas condutas, de duas estéticas, de dois gostos, de dois prazeres possíveis: o homem e a mulher, que juntos respondem às demandas produtoras, produtivas e racionais da heterossexualidade. Conforme Louro (2009, p. 140), “a normatividade dos gêneros está estreitamente articulada à manutenção da heterossexualidade. É somente através da heterossexualidade que noções de oposição e complementaridade dos gêneros masculino/feminino são garantidas”.

Apontamentos finais: da construção como contraface da desconstrução do sexo e das sexualidades

Em Foucault, os discursos passam a ser a forma com que construímos nossa percepção de realidade, não somente em relação às ideias e aos objetos imateriais, mas antes a absolutamente tudo o que existe:

There is no non-discursive realm, that everything is constructed and apprehended through discourse. For example, the body, while it is clearly

a material object – our body feels pain, it is subject to gravity, it can be harmed in accidents – nevertheless, the body can be apprehended only through discursive mediation, that is, our understanding of our body occurs only through discourse – we judge the size of our body through discourses which delineate a perfect form, we interpret feelings of tiredness as indicative of stress because of discourses concerning the relation between mental and physical well-being, and so on. [...] we can only think about and experience material objects and the world as a whole through discourse and the structures it imposes on our thinking. In the process of thinking about the world, we categorise and interpret experience and events according to the structures available to us (MILLS, 2003, p. 55-56)⁶.

O exemplo apontado por Mills é exatamente o processo em que a linguagem passa a atuar sobre o corpo, que deixa de ser material para ser um objeto de construção discursiva. Ora, se é por via discursiva que ordenamos e organizamos nossa forma de ver o mundo e a realidade – e com isso criamos o próprio mundo e a própria realidade –, então, as categorias de organização do mundo, como o sexo, a classe e a raça, são fundamentalmente questões atinentes ao campo linguístico e discursivo. Exatamente, o corpo é a superfície onde os discursos irão se concentrar para criarem seus efeitos de realidade. Tais efeitos discursivos, por sua vez, estão intimamente ligados aos saberes e aos poderes particulares à época em que são proferidos.

É assim que, para Butler (2010, p. 154), o sexo e o gênero são construídos, a partir de um ato de fala ou de uma *performatividade*, entendendo *performatividade* como “a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”. Tal ação se torna política e criadora a partir do momento em que “as normas regulatórias do 'sexo' trabalham de uma forma performativa para construir a materialidade dos

⁶ “Não existe um domínio do não discursivo, absolutamente tudo é construído e apreendido pelo discurso. Por exemplo, o corpo, enquanto é claramente um objeto material – nosso corpo sofre, é afetado pela gravidade, pode ser machucado em acidentes –, não obstante, o corpo pode ser compreendido apenas por mediação discursiva, isto é, a compreensão de nosso corpo ocorre apenas pelo discurso – nós julgamos o tamanho de nosso corpo pelos discursos que delineiam a forma perfeita, nós interpretamos o cansaço como indicativo de *stress* por causa dos discursos que relacionam o bem-estar físico e o mental, e assim por diante. [...] nós apenas podemos pensar e viver objetos materiais e o mundo como um todo através do discurso e as estruturas que ele impõe em nosso pensamento. No processo de pensar sobre o mundo, nós categorizamos e interpretamos a experiência e os eventos de acordo com as estruturas disponíveis para nós” (T. do A.).

corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 2010, p. 154).

Nesse contexto, a própria noção de natureza é posta em xeque, já que “o social atua unilateralmente sobre o natural e o investe com seus parâmetros e seus significados” (BUTLER, 2010, p. 154). Assim, é desconstruída a diferenciação entre o campo do natural e o campo do social, especialmente se tratarmos das concepções hierárquicas e sexuais na sociedade moderna. Isso significa que a própria dicotomia entre gênero (como a diferença dos sexos produzida de forma social) e sexo (como a diferença dos sexos produzida de forma natural) perde toda sua validade, uma vez que o primeiro absorve o segundo e demonstra sua inconsistência enquanto verdade universal:

Quando a distinção sexo/gênero se junta a um construcionismo linguístico radical [...] o “sexo” [...] será ele mesmo uma postulação, uma construção, oferecida no interior da linguagem, anterior à construção. Mas esse sexo colocado como anterior à construção torna-se, em virtude de ser assim colocado, o efeito daquela mesma colocação: a construção da construção. Se o gênero é a construção social do sexo e se não existe nenhum acesso a esse “sexo”, exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o “sexo” torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalado em um local pré-linguístico ao qual não existe nenhum acesso direto (BUTLER, 2010, p. 158).

Essa compreensão possui uma contraface política de extrema importância para nosso estudo, a saber: a partir do momento em que suspendemos a predominância verdadeira dos polos sexo e natureza em oposição aos polos gênero e cultura, passamos a perceber como são *arbitrariamente* construídas as normas e as leis da heterossexualidade. Entendemos que tais normas são formadas a partir de um *imperativo linguístico*, ou seja, de estruturas discursivas, científicas e epistemológicas que induzem o sujeito (sujeitado) a se compreender como um homem ou uma mulher.

Tal processo se deu a partir do momento em que a ideia de natureza do corpo – e, conseqüentemente, de sexo – foi assimilada pelo sujeito/sujeitado, que, mediante esse material teórico e discursivo, irá construir sua subjetividade ou, antes, sua própria condição de sujeito. Nas palavras de Butler (2010, p. 170):

O regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a “materialidade” do sexo e essa “materialidade” é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual [...] a materialização de normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito.

Por tal procedimento, a modernidade ocidental produziu e estimulou um regime da heterossexualidade e fez surgir e se opor – junto das figuras aberrantes da sexualidade – dois sujeitos e práticas considerados socialmente ideais, a saber: o homem e a masculinidade e a mulher e a feminilidade.

Ao afirmarmos, neste texto, que os gêneros e os sexos são construções discursivas, políticas e epistemológicas, estamos defendendo a proposição política de recusa a qualquer concepção essencialista, naturalista ou neutra de que os homens e as mulheres *são assim desde sempre*. Em face dessa construção argumentativa que aqui realizamos a partir de Foucault, Butler e seus leitores, podemos apontar para as formas discursivas de construção nessa matriz *heteronormatizante* e dicotômica que criou as concepções de masculinidade e feminilidade.

Desde o momento em que conhecemos esse processo de construção dos sexos/gêneros, ficamos a um passo de percebermos que esse mesmo processo é passível e possível de uma *desconstrução*. Esse é um dos principais objetivos de estudiosos como Butler, quando afirmam a necessidade da desconstrução do discurso da heteronormatividade. Do mesmo modo, essa também é a pauta de Foucault, ao anunciar sua crítica aos *dispositivos da sexualidade*. A defesa política de nosso estudo aponta para a desconstrução dos *discursos heteronormatizadores* e dos *dispositivos da sexualidade* como formas para escaparmos dos ditames do poder normatizador e disciplinar. Assim, poderemos abrir fissuras nos discursos oficiais e acadêmicos que defendem as posições dominantes. Nessa perspectiva, poderemos traçar *linhas de fuga* para pensarmos em novas formas de nos construirmos enquanto sujeitos, “a partir de códigos éticos e de práticas de liberdade” (RAGO, 2009, p. 262), enquanto entes criativos e criadores de singularidades e diferenças no interior de suas existências.

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Bela ou a Fera: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 95-134.
- BUTLER, J. Corpos que pesam. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DUARTE, A. *Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010. v. 1.
- FOUCAULT, M. *A História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- JENKINS, K. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LOURO, G. L. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.
- LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Trabalhos da Memória*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.
- MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MARTINS, A. P. V. *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- MILLS, S. *Michel Foucault*. Londres: Routledge, 2003.
- MISKOLCI, R. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 325-338.
- RAGO, M. Dizer sim à existência. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 253-267.

